

## GETERR, 20 anos: a construção de um grupo de pesquisa-ação-participativa

Marcos Aurelio Saquet<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao comemorar 20 anos, consideramos de alta relevância política refletir sobre a construção do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, identificando os principais projetos realizados, as teorias, os métodos e os conceitos utilizados, bem como, tentando conhecer limites e avanços no que se refere à pesquisa, ao ensino de graduação e pós-graduação e à extensão universitária. A partir do esforço de realizar (na relação pesquisador-pesquisador e pesquisador-estudante) um trabalho horizontal, transparente e dialógico, um dos resultados verificados está justamente na íntima relação que tentamos efetivar, desde 2002, entre ensino-pesquisa-extensão, esta última, em certo período, entendida como uma concepção voltada para a cooperação com os sujeitos de cada projeto e, mais recentemente, como pesquisa-ação-participativa, conforme tentaremos demonstrar ao longo deste texto.

**Palavras-chave:** Território; cooperação; pesquisa-ação-participativa.

### Territorial Studies Group, 20 years old: the construction of a participatory-action-research group

**Abstract:** Upon celebrating 20 years, we consider it of high political relevance to reflect on the construction of the Territorial Studies Group (GETERR) – State University of West Paraná - Brazil, identifying the main projects carried out, the theories, methods and concepts used, as well as, trying to to know limits and advances with regard to research, undergraduate and graduate teaching and university extension. From the effort to carry out (in the researcher-researcher and researcher-student relationship) a horizontal, transparent and dialogic work, one of the verified results is precisely in the intimate relationship that we have tried to effect, since 2002, between teaching-research-extension, the latter, in a certain period, understood as a conception focused on cooperation with the subjects of each project and, more recently, as participatory-action-research, as we will try to demonstrate throughout this text.

**Key-words:** Territory; cooperation; participatory-action-research.

### Grupo de Estudios Territoriales, 20 años: la construcción de un grupo de investigación-acción-participativa

**Resumen:** Al celebrar los 20 años, consideramos de alta relevancia política reflexionar sobre la construcción del Grupo de Estudios Territoriales (GETERR) – Universidad Estadual del Oeste de Paraná, identificando los principales proyectos realizados, las teorías, métodos y conceptos utilizados, así como tratando de conocer los límites y avances en lo que respecta a la investigación, la docencia de pregrado y posgrado y la extensión universitaria. Del esfuerzo por realizar (en la relación investigador-investigador e investigador-alumno) un trabajo horizontal, transparente y dialógico, uno de los resultados constatados está precisamente en la íntima relación que hemos tratado de efectuar, desde 2002, entre docente- investigación-extensión, esta última, en un cierto período, entendida como una concepción centrada en la cooperación con los sujetos de cada proyecto y, más recientemente, como investigación-acción-participativa, como intentaremos demostrar a lo largo de este texto.

**Palabras clave:** Territorio; cooperación; investigación-acción-participativa.

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Líder do Grupo Geterr. E-mail: [saquetmarcos@hotmail.com](mailto:saquetmarcos@hotmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

## **Introdução**

Comemorar 20 anos de aniversário de um grupo de pesquisa universitário não é pouca coisa, especialmente quando se trata, no nosso entendimento, de um grupo que, ao longo dos anos, também fez extensão, ou melhor, pesquisa-ação-participativa, como denominamos atualmente as ações de cooperação que realizamos nos âmbitos interno e externo à universidade. Nosso Grupo de Estudos Territoriais (GETERR), foi discutido na fronteira temporal entre 2001 e 2002, sendo institucionalizado (na Unioeste e no CNPq), neste último ano, no dia 19 de março, tendo como base duas linhas de pesquisa (Teorias, métodos e estudos territoriais e Planejamento urbano e regional).

Estas linhas têm sido alimentadas a partir das pesquisas e demais ações realizadas tendo como referência o seguinte objetivo geral: produzir o conhecimento geográfico, especialmente, sobre o processo de construção do espaço e do território, gerando subsídios ao planejamento participativo. A partir deste objetivo (e vice-versa) debatemos e definimos os objetivos específicos e as atividades de pesquisa, consoante descreveremos a seguir, trabalhando sempre na direção de uma sociedade mais justa e sustentável, corroborando argumentações como as de Randall (2022), quando destaca que não podemos basear nossa existência na competição e na destruição da natureza produzida há bilhões de anos! Partimos, portanto, de uma concepção teórico-prática de geografia, interdisciplinar e popular, que reconhece, no outro, um sujeito que também reflete, tem saberes e fazeres fundamentais para compreender e transformar o mundo.

### **1ª. Fase: unidade teórica, autonomia decisória e imersão regional**

Para melhor delinear as pesquisas individuais e do grupo, durante a criação-institucionalização do GETERR, tivemos que discutir e clarear nossos objetivos específicos, como ocorre em outros processos de pesquisa, a saber: i) Compreender a colonização e a indústria no Sudoeste do Paraná e suas manifestações territoriais. ii) Identificar e analisar os espaços e equipamentos de lazer e de turismo no Sudoeste/PR. iii) Verificar a importância da ação estatal no acirramento das desigualdades socioespaciais. iv) Compreender o conceito de espaço geográfico (e de território) a partir de sua fundamentação teórico-filosófica. v) Estudar as relações entre o trabalho, o cotidiano e o território. Iniciamos as discussões temáticas com um grupo pequeno (3 professores da Unioeste, um estudante bolsista e 3 professores externos, dos quais, 2 eram brasileiros e 1 italiano), porém, logo, ou seja, entre 2003-2004, incorporamos mais cinco

professores da Unioeste e muitos estudantes da graduação e da pós-graduação (mestrado e doutorado, até 2013, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Presidente Prudente, SP).

Assim, foi necessário rediscutir e realinhar os objetivos específicos do grupo, conforme segue: i) Produzir e divulgar o conhecimento geográfico produzido. ii) Promover intercâmbios interinstitucionais (estaduais, nacionais e internacionais), seminários, a iniciação científica, a qualificação docente e a melhoria do ensino. iii) Incentivar a articulação entre a universidade e a sociedade, contribuindo no desenvolvimento regional. iv) Realizar pesquisas empíricas e teórico-metodológicas. v) Compreender a colonização e a respectiva formação socioespacial do campo, da cidade, bem como da indústria, averiguando suas mudanças e permanências no Sudoeste do PR. vi) Avaliar as mudanças territoriais ocorridas no Sudoeste a partir da instalação de usinas hidrelétricas.

Apesar da amplitude dos objetivos específicos, é possível destacar alguns aspectos:

a) A unidade teórico-conceitual que foi construída a partir do território como categoria analítica, sem desconsiderar os demais conceitos basilares da ciência geográfica (região, espaço geográfico, lugar e paisagem). Isto ocorreu prevalentemente com a escolha de obras para leitura e discussão de autores como Friedrich Ratzel, Claude Raffestin e Milton Santos, entre outros que foram, aos poucos, inseridos nos debates dos *Colóquios do GETERR*, embora sem a mesma centralidade que tiveram estas três referências supracitadas. Isto nutriu nossas aulas e pesquisas, bem como a produção de uma identidade política a favor das classes populares, aspecto que resultou na interação e integração com militantes de ONGs, associações de trabalhadores urbanos e rurais, e, evidentemente, na criação e fortalecimento de intercâmbios com grupos de pesquisa congêneres de diferentes universidades brasileiras e algumas internacionais.

b) A construção, em meio às pressões e tentativas de coerção, da nossa autonomia decisória em diferentes níveis, isto é, acadêmico, científico, político-ideológico e partidário. Esta talvez tenha sido uma das nossas principais conquistas, livrando-nos das armadilhas antiuniversitárias e anticientíficas inerentes aos “famosos” e históricos pactos políticos do “toma lá, dá cá”, ou melhor, do “eu te ajudo, tu me ajudas”. Enfim, acreditamos que conseguimos fugir das garras do jeitinho das ajeitações para concentrarmo-nos na pesquisa e, desde 2003, na extensão universitária, a partir de 2009 caracterizada e denominada de cooperação com os sujeitos de cada projeto realizado e, pouco depois, de pesquisa-ação-participativa.

c) Nossa opção teórico-conceitual e política influenciou a escolha do recorte espacial de pesquisa tendo como referência basilar o Sudoeste do Paraná, onde está Francisco Beltrão e o Campus da Unioeste onde trabalhamos. Ao mesmo tempo, nossos objetivos e os temas referentes

à formação social e espacial do Sudoeste condicionaram constantes revisões e atualizações teóricas, metodológicas e políticas. Gradualmente fomos experimentando uma abordagem territorial histórico-crítica, relaciona e pluridimensional voltada para os sujeitos de cada projeto, seja por meio da produção de relatórios, oficinas e cartilhas informativas, seja por meio da colaboração direta com os sujeitos (urbanos e/ou rurais) a partir de processos de pesquisa-participante.

Assim, as reuniões mensais para discussão de textos foram espaçadas temporalmente, integrando-nos na sociedade regional e tentando cooperar com nossas pesquisas, relatórios, mapas, artigos, livros, eventos, aulas, cursos, etc., ampliando territorialidades e redes de cooperação interinstitucional e interdisciplinar, como ocorreu por meio da extensão universitária e dos eventos que fizemos, como o Seminário Estadual de Estudos Territoriais, a partir de 2003. Com isto, ganhamos visibilidade e encorpamos os intercâmbios, porém, fomos envolvidos em tramas que nos tornaram vidraça de fácil ataque em virtude da nossa concentração nas atividades de pesquisa e cooperação.

Os livros que organizamos e publicamos, em distintas redes, foram vários, porém, um em especial marcou nossa trajetória como grupo de estudos territoriais: território e desenvolvimento: diferentes abordagens (SPOSITO, SAQUET e RIBAS, 2004). Foi com este livro publicado em 2004 com apoio financeiro do MDA – SDT, que conseguimos socializar no nível nacional os resultados que tínhamos conseguido até então nas pesquisas do grupo. Desse modo, acabamos participando de uma experiência (2004 – 2006) em que aprendemos muito, sobretudo politicamente, ou seja, da criação e institucionalização do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (vinculado à política da SDT), composto por entidades governamentais e não-governamentais que atuavam na agricultura familiar e camponesa regional.

Outro processo de notável aprendizagem dentro e fora da universidade, foi a realização do *Projeto de Extensão Vida no Bairro - PVB* (2002-2006), no qual pesquisamos e atuamos com representantes da Associação de Moradores do bairro São Francisco, de alguns Sindicatos locais (dos Trabalhadores Rurais; dos Trabalhadores da Saúde; dos Empregados no Comércio; da Indústria e Vestuário; dos Engenheiros Civis), da Igreja Católica, do Grupo da Terceira Idade e do Clube de Mães. Ali muito fizemos trabalhando com muita gente, para nós e, principalmente, para o outro, como sujeito trabalhador (com ou sem trabalho) da periferia urbana de Francisco Beltrão (SAQUET, 2015 [2011], 2018a, 2018b, 2021a, 2021b, 2022).

Este projeto PVB fora resultado do nosso compromisso com o movimento de luta e resistência universitária diante dos ataques que sofríamos do governo estadual nos anos 2000-2001 e, ao mesmo tempo, da aprendizagem que tivéramos no *Vida na Roça – PVR* (1996-1998), projeto

de pesquisa-ação-participativa que realizamos, com várias instituições colaboradoras, na comunidade de Jacutinga (Francisco Beltrão, PR), o qual esteve assentado na produção e valorização da produção de alimentos camponeses ecológicos (SAQUET, 2019a, 2019b, 2021b, 2022). Esses dois projetos, conforme mencionaremos mais adiante, geraram muitas aprendizagens que, por sua vez, fundamentaram os projetos mais recentes que coordenamos no âmbito do GETERR.

## **2ª. Fase: expansão territorial e diversidade**

É notório que, a partir dos eventos e das publicações que realizamos, especialmente entre 2007 e 2013 por meio de uma rica cooperação com a Editora Expressão Popular, conseguimos expandir territorialmente nossas relações. Além dos livros publicados por esta renomada editora, tivemos a felicidade de organizar, em 2010, o XX Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), fato que muito nos enriqueceu política, acadêmica e cientificamente.

Muitas pessoas contribuíram atenciosamente para qualificar nossos debates e pesquisas, porém, simultaneamente, também tivemos problemas com os detentores do poder, em especial, no que se refere à geografia brasileira. Mesmo assim, um dos nossos principais desafios não foi externo, ou seja, foi tentar manter a unidade teórico-metodológica, temática e política respeitando a diversidade e a individualidade de um grupo que se fortalecera em meio à muitas adversidades. Esta tarefa pode, numa primeira impressão, ter sido fácil, mas não foi, principalmente em virtude da titulação de cada professor-pesquisador do GETERR, fato que resultou no afloramento dos projetos individuais. De um grupo de pesquisa com um projeto e vários estudantes e pesquisadores, passamos a ser um grupo pesquisa e/ou ação com distintos projetos, pesquisadores e estudantes (referimo-nos, sempre, às pessoas de diferentes gêneros).

Nesse sentido, um dos nossos primeiros projetos financiados e que marcou a trajetória do GETERR foi o intitulado *Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d'Oeste e Salto do Lontra (Sudoeste do Paraná), como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial*, financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná (SETI), e pela Fundação Araucária (Edital 24/2012: Programa Universal/Pesquisa Básica e Aplicada), entre 2009 e 2012. Ali experimentamos a teoria e a prática, a pesquisa quantitativa e qualitativa, bem como a cooperação com sujeitos de ONGs, associações de produtores agroecológicos, feirantes e de outras instituições do estado, imergindo no território como fizéramos, anteriormente, no PVR e no PVB, porém, agora, de maneira mais ampla espacialmente. Durante a realização desse projeto também conseguimos, por meio das

bolsas de estudos do Programa Universidade Sem Fronteiras, intensificar e fortalecer os intercâmbios internacionais com colegas italianos.

Não podemos ter dúvidas de que esses e outros projetos de pesquisa e ação que realizamos contribuíram para consolidar o GETERR no âmbito da Unioeste e, talvez, em outros níveis escalares, pois, nossa expansão fora mediada pela participação em muitos congressos nacionais e internacionais (especialmente na América Latina e na Europa), pela publicação de muitos textos completos em anais de eventos científicos, pela organização de eventos (como os que já citamos anteriormente e o I Seminário Internacional de Estudos Territoriais que fizemos em 2017), pela organização e publicação de livros, a partir de 2015, por meio de uma cooperação com a Editora Consequência (Rio de Janeiro), etc., ampliando territorialmente e tornando nossas redes sempre mais complexas e complementares.

Isso significa, sucintamente, que conseguimos alguns avanços neste período, tais como na produção e socialização de conhecimento geográfico a partir das pesquisas empíricas, bibliográficas, documentais e da coleta, sistematização e representação de dados secundários; da construção de efetivas cooperações locais, regionais, nacionais e internacionais; da construção dialogada e participativa de distintos projetos de extensão trabalhando com sujeitos do campo e da cidade; e, claro, da formação nos níveis da graduação (Bacharelado e Licenciatura em Geografia, Unioeste – Francisco Beltrão) e pós-graduação (mestrado e doutorado).

Isto não ocorreu, evidentemente, sem enfrentar muitas dificuldades financeiras, burocráticas e político-administrativas, entre as quais destacamos o próprio crescimento do grupo com ampliação dos objetivos específicos, dos temas e das concepções de abordagem, a consequente segmentação das pesquisas realizadas, o esvaziamento das reuniões de estudo que, inicialmente, eram mensais, juntamente com as crescentes aspirações individuais.

### **3ª. Fase: possibilidades de qualificação e in(sub)versão teórico-metodológica e política**

[...] O mais provável é que o estado atual do mundo seja menos estável do que pensamos. Alterar e destruir habitats e a atmosfera no ritmo atual está afetando a biodiversidade, e pode até precipitar uma sexta extinção (RANDALL, 2022, p. 373).

Existem, obviamente, muitas possibilidades para nossa qualificação profissional e cidadã, bem como para in(sub)versão teórico-metodológica e política. Uma delas está no nosso maior desafio, até agora, no que se refere à pesquisa-ação-participativa. Trata-se de um Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (NAPI) Alimento e Território, programa financiado pela Fundação Araucária

de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, bem como pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná (SETI), para o período entre outubro de 2022 e setembro de 2025, do qual participam instituições do estado e da sociedade civil organizada, tais como ONGs, associações camponesas (agricultores e agroindustriais artesanais e familiares), universidades (brasileiras e estrangeiras) e institutos de pesquisa e extensão.

Nesse programa, nossos objetivos gerais são os seguintes: i) Coproduzir conhecimentos na interface universidade-sociedade-território por meio da formação, da pesquisa e da extensão. ii) Potencializar os saberes populares que mobilizam patrimônios territoriais na produção de bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento territorial (social, econômico, cultural e ambiental) do Sudoeste e do Litoral do Paraná, contribuindo para aumentar a renda das famílias camponesas e para tornar o Paraná referência internacional no desenvolvimento territorial sustentável. iii) Contribuir para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no que se refere à agricultura sustentável voltada para a população paranaense, potencializando as singularidades territoriais dos “ecossistemas regionais” Sudoeste e Litoral do Paraná.

Para atingir esses objetivos e as metas a eles relacionadas, estamos utilizando técnicas da pesquisa qualitativa assim resumidas: pesquisa bibliográfica e documental; coleta, tabulação e análise dos dados primários e secundários; representação cartográfica (social e digital); realização de oficinas e dias técnicos de campo; convivência (o máximo possível) com os sujeitos do campo e da cidade envolvidos na produção, comercialização e consumo dos alimentos agroecológicos. Uma das nossas principais metas é cooperar pesquisando e pesquisar cooperando, ou seja, refletir agindo e colaborar refletindo com imersão social e ancoragem territorial junto aos sujeitos do NAPI Alimento e Território, a saber, os camponeses agroecológicos e em transição (de diferentes gêneros, obviamente), do Sudoeste e do Litoral do Paraná (21 municípios).

Ainda no campo metodológico, desde o final de 2021, para constituir o NAPI supracitado, formamos uma equipe interdisciplinar e interinstitucional, com pessoas de diferentes gêneros, idades, formações acadêmicas, de diferentes níveis escolares e dos movimentos sociais de resistência e luta a favor da sustentabilidade ambiental e da produção de comida para a população paranaense. Isto significa que a metodologia de pesquisa-ação está sendo contínua e mediada pela formação dos sujeitos envolvidos na proposta, ou seja, agricultores (as) familiares, técnicos(as) agroecológicos (as), pesquisadores (as) e estudantes (graduação e pós-graduação, bem como outros que serão, aos poucos, incorporados nas atividades que serão realizadas, especialmente no ensino fundamental).

Outro aspecto fundamental está na versatilidade teórico-metodológica, pois assim se faz necessário na pesquisa-ação-participativa quando esta é compreendida como um movimento

inacabado de integração e horizontalidade, dialógico e participativo, reflexivo e teórico-prático. Assim, as atividades propostas estão acontecendo em fases sucessivas (históricas) considerando-se os fundamentos já conhecidos da pesquisa social aplicada, acompanhadas por procedimentos simultâneos (relacionais), como uma possibilidade de in(sub)versão acadêmico-científica e política a favor de uma ciência territorial e popular (SAQUET, 2018a, 2020, 2022).

Esta é uma questão didático-pedagógica e cultural essencial, pois tem a ver com a criação de um campo de poder descolonial e contra-hegemônico, participativo e respeitoso, feito com base na reciprocidade, ou seja, na cooperação e solidariedade, bem como na criação de relações de confiança, pertencimento e reconhecimento a favor das classes populares.

Outras mediações da nossa pesquisa-ação-participativa sucessiva e coexistente são: a) Encontros e debates sistemáticos com os (as) distintos (as) colaboradores (as) e, principalmente, com os (as) agricultores (as) familiares, do Litoral e do Sudoeste do Paraná, esforçando-se para estabelecer relações sujeito-sujeito. Desse modo vamos recriando sinergias com cada instituição partícipe do programa, discutindo e identificando as principais diferenças entre elas, decidindo juntos e realizando as ações previstas. b) Definição da coordenação geral e das regionais, considerando a diversidade das instituições e dos sujeitos, da forma mais horizontal, participativa e transparente possível. c) Coleta, tratamento e análise dos dados primários com a participação direta da equipe coordenadora e dos demais colaboradores e, preferencialmente, dos habitantes de cada território de pesquisa-ação. Nesta fase também precisa acontecer a chamada “devolução dos dados”, permeada pelos debates, pelas decisões (da pesquisa-ação) e pela redação dos relatórios e demais textos. d) Realização das oficinas temáticas, cursos, dias de campo teórico-práticos e de outras atividades (in)formativas, pois são técnicas e procedimentos fundamentais na pesquisa participante e na ação participativa, juntamente com a cartografia social, como dinâmicas de grupos, considerando-se diferentes pessoas, faixas etárias, gêneros, cores, religiões etc., estimulando e (i)materializando a coprodução de conhecimentos na interface universidade-território e ciência-saber popular. e) Efetivação de reuniões periódicas de planejamento e gestão, decisórias e avaliativas, nas escalas local, regional e estadual, numa gestão territorial do NAPI Alimento e Território por meio de redes de diálogos, cooperação e solidariedade. f) Acompanhamento continuado, participativo, analítico, avaliativo e reflexivo da pesquisa-ação realizada. g) Coprodução do conhecimento conforme as singularidades pluridimensionais de cada território e tempo.

Um dos instrumentos centrais da nossa pesquisa-ação, que contém fases e coexistências, é a cartografia social mediada pela “geocolaboração”, ou seja, pela contribuição voluntária das pessoas de cada comunidade, com seus conhecimentos cotidianos. Na cartografia social, é

necessário envolver os sujeitos de cada comunidade na representação da informação geográfica, (re)conhecendo seus territórios, identificando características sociais, ambientais e cosmológicas (PELEGRINA, 2020).

No nosso entendimento, não se trata da aplicação de teorias, conceitos e métodos eurocentrados, academicistas, urbanocêntricos e globalizantes, consoante argumentamos em Saquet (2022). Estamos tentando contribuir, apesar das constantes e complexas dificuldades cotidianas, na in(sub)verção teórico-metodológica e política dominante, trabalhando diretamente para e com as pessoas das classes populares produtoras de boa parte da nossa alimentação cotidiana (SAQUET, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2020, 2022).

Parafraseando Orlando Fals Borda, trabalhar com o povo, ensinando e aprendendo com ele, é uma das formas que temos para contribuir para sua libertação político-cultural, contribuindo para melhorar suas condições de vida cotidiana a partir do seu conhecimento herdado culturalmente e repassado de geração em geração. Porém, reconhecer e “catalogar” seu conhecimento não é suficiente, é preciso avançar muito mais, justamente na direção da resolução de problemas, num movimento denominado de “ciência popular” (FALS BORDA, 1981, 2006 [1980]; BONILLA, CASTILLO, FALS BORDA e LIBREROS, 1972), como estamos tentando realizar no NAPI Alimento e Território.

No Sudoeste e no Litoral do Paraná, ainda temos muita gente morando no espaço rural. E aí está, acompanhando argumentações de Giuca (2019), um potente fator a favor da nossa população, revitalizando-se espaços e tempos, saberes e sabores, cores e odores que estão presentes na produção de alimentos agroecológicos, na cozinha caseira, nos produtos típicos, enfim, tudo manifestado numa “coralidade” territorial (BECATTINI, 2015; SAQUET, 2017). Esta “coralidade”, tanto no Sudoeste como no Litoral do Paraná, está assentada nas condições naturais e sociais, ou seja, na sociobiodiversidade que contém as relações de proximidade existentes entre seus habitantes e deste com as instituições (políticas, culturais, ambientais e econômicas) locais, constituindo um campo que pode ser favorável às decisões individuais, coletivas e sustentáveis.

Parte-se do lugar e dos sujeitos, dos seus sonhos e das suas necessidades, das ruas e dos bairros, das estradas vicinais e das comunidades rurais, bem como das condições edafoclimáticas, (re)criando-se participativa, popular e dialogicamente o envolvimento territorial a partir do alimento e da comida como problemática transversal, pluridimensional e vital para todos nós. Aí integrar universidade e território num movimento horizontal, respeitoso, dialógico e participativo, de ciência popular e práxis de cooperação e solidariedade, é condição e resultado da nossa mobilização e do nosso compromisso político-cultural com as classes mais vulneráveis da população urbano-rural. Fato que nos remete a reconhecer, também, que a organização coletiva

(artesã, camponesa, indígena etc.) é uma das formas fundamentais para a capacitação recíproca e construção de processos sustentáveis comunitários e democráticos (SULZBACH e DENARDIN, 2017).

Então, nossa trajetória, como era de se esperar, foi árdua, com oscilações e contradições inerentes aos processos sociais que, obviamente, não se restringem à vida acadêmico-universitária. A universidade não é uma ilha: a sociedade está nela e, a universidade, está na sociedade, onde se reproduzem o patrimonialismo, os pactos políticos, os favorecimentos, os individualismos, a arrogância, a inveja, o academicismo, enfim, porque não dizer, as premissas e práticas fundamentais do modo capitalista de produção. Isto não significa dizer que nós todos somos “tio patinhas”: nossas pesquisas empírico-reflexivas efetivadas nos últimos 25 anos demonstram claramente que não somos iguais; somos muito diferentes e desiguais, vivemos tempos e espaços, ritmos e territorialidades, naturezas e sociedades! Portanto, os desafios a serem encarados teórica, metodológica e politicamente, são muitos, complexos e heterogêneos.

Um dos seríssimos limites é justamente ultrapassar, qualitativamente, a universidade das classes hegemônicas, pois, em países como o Brasil, estas ainda estão pautadas em filosofias e epistemologias norte-eurocêntricas produzidas por pouquíssimos homens brancos da Europa Ocidental autoconsiderados “superiores”: suas teorias são supostamente autossuficientes para explicar as realidades sociais do restante do mundo (GROSFOGUEL, 2016 [2013]; SAQUET, 2019c, 2022).

Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo [...] e ‘aplicá-las’ em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas [...]. (GROSFOGUEL, 2016 [2013], p. 27; grifo do original).

De modo geral, a universidade norte-eurocêntrica é reproduzida como se a ciência fosse neutra e, os pesquisadores, sujeitos separados do objeto; assim, recriam-se mecanismos de controle e subordinação, como as próprias teorias, métodos e conceitos reproduzidos inadequadamente ao longo de séculos, mecanismos vinculados ao “universalismo abstrato hegemônico” (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSFOGUEL, 2018). E como reproduzimos esquemas pré-concebidos, razões, verdades e justificativas, classificando e enquadrando os sujeitos, os grupos, as classes, os lugares, as regiões, os territórios, as paisagens etc. (SAQUET, 2019a, 2019c).

Não é incomum identificar intelectuais burgueses, academicistas, universalizantes, urbanocêntricos, globalistas, com imensas e intensas narrativas teóricas produzidas sem a

necessária interação e convivência com os povos aos quais suas teorias são dirigidas. Consoante já evidenciamos em Saquet (2019a, 2019c, 2022), o intelectual burguês analisa de “cima para baixo”, do seu gabinete ou laboratório, claro, lendo muito, mas sem imersão e compromisso político com os sujeitos dos seus estudos.

O intelectual burguês produz muito conhecimento centrado num “monólogo interior e surdo”, como afirma coerentemente Grosfoguel (2008), (re)produzindo teorias e métodos por meio de regras e normas que o favorecem, ensinando sem escutar e reconhecer, no outro, um sujeito que também pensa e cria, respira e tem necessidades e aspirações. Reproduz-se, de maneira geral, o que Dussel (2017 [1973]) compreende como práticas domesticadoras, alienadoras e universalizantes. “A revolução contemporânea acredita inaugurar um novo mundo quando não é mais que o resultado contraditório de um mundo antigo” (CAMUS, 2019 [1951], p. 353).

[...] Os conceitos, as definições e as leis, ainda que necessários para ligar a realidade observada à articulação intelectual, ou seja, para fundamentar as representações da realidade, têm um valor limitado e circunscrito a contextos determinados para explicar eventos e processos (FALS BORDA, 1978, p. 219).

Talvez já esteja claro, para nosso possível leitor, que estamos acompanhando pensadores como Antônio Gramsci, Paulo Freire e Orlando Fals Borda, entre muitos outros e outras, mas é coerente deixar isto bem claro. Acreditamos na centralidade da universidade para construir uma sociedade mais justa e sustentável, mais solidária e menos corrupta. “Só isto” já significará mudanças profundas na vida de bilhões de pessoas pobres e miseráveis.

Por isso, a resolução dos problemas do nosso povo precisa ocorrer a partir da universidade (de outros níveis escolares) – não somente dela, obviamente -, de concepções teórico-práticas feitas para a nossa gente, trabalhando-se insistente e fortemente com os sujeitos e dentro dos movimentos sociais de resistência, luta, descolonização e contra-hegemonia política, cultural, econômica e ambiental. Luta contra a opressão e miséria, contra a corrupção e manipulação, contra os favorecimentos e a concentração da riqueza, contra a escravidão e o racismo etc.

Isso significa trabalho para nossas vidas inteiras, de corpo e alma, com razão e emoção, paixão e enfrentamento. A descolonização deve passar por dentro e por fora da universidade, num simultâneo movimento de subversão e contra-hegemonia. Deve estar centrada na libertação, na qualificação da consciência e da vida de todos os homens (de todos os gêneros), na humanização do outro que precisa se levantar e permanecer em luta constante para dismantelar o “mundo colonial” (FANON, 2005 [1961]) ainda muito presente na vida de bilhões de pessoas.

Contra-hegemonia, portanto, significa resistência aos processos capitalistas por meio da mobilização coletiva sob princípios como autogestão, cooperação, solidariedade, democracia, tentando superar o individualismo, o egoísmo e a subordinação que ocorre nos empreendimentos privados (CUNHA e ROSAS, 2017). Descolonizar significa romper a dependência e subordinação, as classificações de gabinete, o academicismo e globalismo, superar qualitativamente o eurocentrismo e o universalismo, praticando a imersão social e o compromisso teórico-prático com nossa gente mais simples e humilde, vulnerável e oprimida. Isso significa conquistar o máximo possível de autonomia decisória e bem-estar social, sem se empoderar na relação com o outro, preservando e conservando a natureza (SAQUET, 2022).

No caminho da libertação popular, a (in)formação é vital, juntamente com mobilização, autonomia, enfrentamento, cooperação e solidariedade, tudo para atacar e tentar derrotar o colonizador e a colonização (MEMMI, 1991 [1957]). Aprendemos, ao longo da nossa trajetória acadêmica (ensino-pesquisa-ação), que a descolonização está intimamente relacionada com a contra-hegemonia popular e pluridimensional, construída para (o) e pelo povo, do campo e da cidade, num contínuo movimento de luta contra a ordem político-econômica-cultural-ambiental hegemônica, sem privilégios e sem tantas hierarquias, sem injustiças e corrupção, numa práxis dialógica e participativa, respeitosa e transparente, emancipatória e sustentável (SAQUET, 2022).

A descolonização e a contra-hegemonia, conforme demonstram muito bem nossos projetos já realizados, estão centradas na reciprocidade, ou seja, na criação, qualificação e ampliação das relações de cooperação e solidariedade, trabalhando-se em práxis dialógicas, horizontais, participativas e reflexivas voltadas para o envolvimento territorial de base local, cultural e ecológica. Assim, o conteúdo político do território e da territorialidade é fundamental, como conceitos, categorias analíticas, realidades e espaços de (in)formação, mobilização, luta, resistência e enfrentamento da opressão e subordinação, da manipulação e depredação, num contínuo processo de pesquisa, formação e cooperação, de práxis cotidiana para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia decisória.

Para tanto, o homem revoltado de Camus (2019 [1951]) nos serve de inspiração e animação, pois é todo aquele que define limites diante do exagero, da infração, da intromissão, da dominação, mobilizando-se para se contrapor à opressão, rebelando-se por liberdade e vida. “Para conquistar a existência, é preciso partir do pouco de existência que descobrimos em nós, e não negá-la, desde o início” (CAMUS, 2019 [1951], p. 377).

## Referências

BECATTINI, Giacomo. **La coscienza dei luoghi**. Il territorio come soggetto corale. Roma: Donzelli, 2015.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. Introdução – Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2018, p. 9-26.

BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. **Causa popular, ciencia popular**. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2019 [1951].

CUNHA, Luiz Alexandre e ROSAS, Celbo. Economia solidária, desenvolvimento territorial e a formação de uma comunidade de resistência: o pré-assentamento rural Emiliano Zapata, Ponta Grossa, PR. In: SAQUET, M. e ALVES, A. (Org.). **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017. p. 367-380.

DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latinoamericana – Tomo 1**. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla, **Símbolo Mundial de Cartagena**, Bogotá, Punta de Lanza, vol. 1, 1978, p. 209-249.

\_\_\_\_\_. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.

\_\_\_\_\_. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005 [1961].

GIUCA, Sabrina. Reinventare un futuro per i piccoli borghi facendo leva sui prodotti agroalimentari tipici e sulle filiere corte. In: DANSERO, E. et al. (Org.). **Lo spazio delle politiche locali del cibo: temi, esperienze e prospettive**. Torino: CELID, 2019. p. 169-178.

GROSFUGUEL, Ramón. Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial, **Tabula Rasa**, n. 9, 2008a, p. 199-215.

\_\_\_\_\_. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI, **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, 2016 [2013], p. 25-49.

MEMMI, Albert. **The colonizer and the colonized**. Boston: Beacon Press, 1991 [1957].

PELEGRINA, Marcos. Cartografia social e uso de mapeamentos participativos na demarcação de terras indígenas: o caso da TI Porto Limoeiro – AM, **GEOUSP – Espaço e Tempo**, vol. 24, n. 1, 2020, p.136-152.

RANDALL, Lisa. **O universo invisível**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. Edição; Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015 [2011].

\_\_\_\_\_. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

\_\_\_\_\_. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

\_\_\_\_\_. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

\_\_\_\_\_. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019a.

\_\_\_\_\_. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, **AGEI - Geotema**, Suplemento 2019b, p. 5-16.

\_\_\_\_\_. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território**: abordagens e transformações sociais. Londrina, PR: Madrepérola, 2019c, p. 33-49.

\_\_\_\_\_. Alimentación y territorio: la reproducción de prácticas agroecológicas ante la hegemonía do “agronegócio” en el Sur de Brasil. In: SAQUET, M. e ALVES, A. (Org.). **Perspectivas de desarrollo rural en América Latina**. Salento, Itália: Università di Salento, 2020. p. 23-56.

\_\_\_\_\_. Dos desenvolvimentos à práxis territorial de libertação como objeto de estudos da Geografia, **Revista Territorial**, vol. 10, n. 1, 2021a, p. 34-63.

\_\_\_\_\_. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial, **Revista NERA**, vol. 24, n. 57, 2021b, p. 54-78.

\_\_\_\_\_. O território numa perspectiva popular. In: MEURER, Ane Carine *et al.* (org.). **As categorias e as geografias do século XXI**. São Paulo: FFLCH, 2021c. p. 152-196.

\_\_\_\_\_. **Singularidades**: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2022.

SPOSITO, Eliseu; SAQUET, Marcos; RIBAS, Alexandre (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004.

SULZBACH, Mayra e DENARDIN, Valdir. Ativação de capacidades coletivas para o desenvolvimento territorial sustentável: associações de produtores de farinha de mandioca e artesãos no Litoral do Paraná. In: SAQUET, M. e ALVES, A. (Org.). **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017. p. 183-200.